BOLETIM

Nº 6 OUTUBRO DE 1997

APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES-SN

XXXV CONAD DEFINE SEU TEMA
Página 2

II CONED ABRE INSCRIÇÕES
Página 2

APUBH-S.SIND GANHA AÇÃO DA URP
Página 3

SENADO APROVA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
Página 7

ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA ELEIÇÕES NA APUBH-S.SIND
Página 8

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 95/97

PRESIDENTA
Maria Diriene Trindade Marques

1ª VICE-PRESIDENTA
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova

2º VICE-PRESIDENTE
Luiz Humberto Pinheiro

1ª SECRETÁRIA
Danusa Dias Soares

2ª SECRETÁRIA
Rosemary Dore Soares

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2º TESOUREIRO
João Maurício Lima Figueiredo Mota

1º SUPLENTE
Vera Lúcia Tomaz Fróes

2º SUPLENTE
Vera Lúcia Fernandes

DIAGRAMAÇÃO
Mary Oliveira de Assis

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ivaldo dos Reis Costa - MTB 4740

APUBH - Rua Artur Bobrano, 70
Bairro São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
homepage: http://apubh-ufmg.org.br

$ $ $ $ $ $ $ $ $ $ $ $

Caro Professor,

16 de outubro: 1020 dias sem reajuste salarial. Será que merecemos isso?

$ $ $ $ $ $ $ $ $ $ $ $

XXXV CONAD DEFINE SEU TEMA

Agência ANDES-SN – "Rimam com educação: terra, trabalho e pão". O tema escolhido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de ensino Superior (ANDES-SN) para o XXXV CONAD situa a questão educacional no contexto das principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros, hoje: terra, emprego e salário.

O CONAD será realizado em Belém (PA), entre 24 e 26 de outubro. Na véspera de sua abertura, está previsto o Encontro Nacional Sobre a Questão da Terra, que terá a presença do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, João Pedro Stedile. Uma discussão sobre o Plano Nacional de Educação (a ser elaborado no II CONED, em novembro) vai ocorrer às 14 horas do dia 24. O dia 25 está reservado aos grupos mistos para discussão dos temas I e II, respectivamente, "Avaliação e Atualização do Plano de Lutas" e "Questões Organizativas e Financeiras". No último dia do encontro (26), os dois temas voltam à plenária.

II CONED homenageia Paulo Freire

O II Congresso Nacional de Educação – CONED, homenageará o educador Paulo Freire e sua cerimônia de abertura se realizará no Mineirinho/BH, no dia 06 de novembro, às 19h, e contará com a presença de professores, sindicalistas, líderes políticos e de movimentos sociais como, por exemplo, João Pedro Stédile – MST, que já confirmou sua presença.

A dinâmica do evento contará com mesas redondas, conferências, apresentação de trabalhos e comunicações, plenárias temáticas e plenária final, onde será definido o Plano Nacional de Educação a ser encaminhado ao governo federal.

II CONED define data de inscrição

As inscrições para o II CONED estarão abertas até os dias 05 e 06 de novembro/97, na secretaria do evento, situada na Praça de Serviços da UFMG – Campus da Pampulha. Diversos seminários estão sendo realizados no País com o objetivo de subsidiar a construção do "Plano Nacional de Educação".

Plano Nacional de Educação

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, encomendou ao INEP a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE para ser ratificado por alguns setores da sociedade. O Plano Nacional deverá ser apresentado ao Congresso Nacional, impreterivelmente, até 23 de dezembro de 1997. Conforme denuncia e esclarece José Antônio Armanelli, tesoureiro da APUBH – S. Sind., "mais uma vez, o governo desconhece o processo de construção democrático de um PNE. Nesse sentido, o II CONED é o espaço democrático para a discussão dos problemas da Educação".

II CONED tem subsídio de seminários preparatórios

Com o objetivo de subsidiar os debates que serão realizados durante o II CONED que ocorre, no período de 6 a 9 de novembro, no campus da Pampulha- UFMG, estão sendo realizados seminários preparatórios em diversas IFES do País.

Através da promoção da ADECEFET/MG, APUBH – S. Sind. e Regional Leste da ANDES- SN, foi realizado, em 28 de agosto, no CEFET/MG, o I Seminário do Ensino Técnico". Além de diversos professores, estudantes, funcionários e sindicalistas, o evento contou com a presença de Maria da Graça Bollmann, Lúcia Wanderley e do deputado federal Luciano Zica, dentre outros.

Sob a organização do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública do Maranhão, foi realizado no período de 10 a 12 de setembro, no Campus Universitário de Bocanga/ UFMA, o "I Encontro Estadual Preparatório ao II CONED".

Outro seminário preparatório ocorreu em São Luiz/Maranhão, nos dias 20 e 21 de setembro, com aproximadamente 300 participantes. Com o tema "A Organização da Educação Nacional", a dinâmica do evento foi composta de mesas redondas, conferências, grupos de discussão e plenária final, onde os relatos dos trabalhos realizados foram explanados e sua síntese encaminhada à Comissão de Organização do II CONED.

Com o tema: "Níveis e Modalidades de Educação", se realiza nos dias 9 e 10 de outubro, em Brasília, mais um seminário preparatório. Na mesma data, na USP, ocorrerá outro, com o tema: "Financiamento da Educação".

II CONED informa

A comissão organizadora local já manteve contatos com a direção do Mineirinho acerca das reservas do local para as solenidades de abertura e encerramento do II CONED, além de reservar os alojamentos para a hospedagem de visitantes.

A APUBH poderá voltar para a UFMG

Em abril de 1991, a APUBH – S. Sind. iniciou o processo de transferência de sua sede para o Campus da Pampulha, através de um ofício encaminhado à Coordenadoria de Assuntos Comunitários/UFMG. De lá para cá, através de diversos ofícios de ambas as partes, o processo vem tramitando nos órgãos competentes da Universidade. Recentemente, a Comissão de Obras e Patrimônio do Conselho universitário, através do seu relator, Eduardo Fajardo Soares, deu um parecer favorável à construção, "com recursos próprios, em terreno no Campus da Pampulha, cedido em comodato, da sede da APUBH, tendo em vista uma maior aproximação da Entidade docente com os professores e com a comunidade universitária em geral". A localização do prédio seria no quarteirão 4, trecho inicial da avenida principal do Campus da Pampulha (entrada pela avenida Antônio Carlos).

Com essa sensibilização favorável da Comissão de Obras e Patrimônio, reabre-se a discussão em torno da construção da sede da APUBH S. Sind. no Campus da Pampulha. Diante disso, estamos solicitando aos professores artigos a favor e/ou contrários ao retorno da nossa Associação para a UFMG, com o objetivo de subsidiar as discussões sobre o assunto, que deverá ser encaminhado, posteriormente, para ser decidido em Assembléia Geral, cuja a data ainda não está definida.

Parecer do relator Eduardo Fajardo Soares:

S.M.J., somos de parecer francamente favorável à aprovação do pleito da APUBH, e da localização proposta, em regime de comodato, a ser negociado entre as partes.

APUBH encerra prazo de entrega de documentação para a ação dos 28,86%

Devido ao fato do prazo legal para prescrição do ajuizamento da ação da incorporação dos 28,86% - concedido aos militares, servidores do STF, STJ, Senado, Câmara dos Deputados, etc. – se encerrar em dezembro deste ano, a APUBH – S. Sind. comunica aos seus associados que, devido a esta razão legal, o prazo último de entrega da documentação necessária para se entrar com esta ação se encerra em **30 de novembro de 1997**.

Assembléia Geral

A APUBH- S. Sind. realizou, dentro das programações do evento "Primavera na UFMG", uma Assembléia Geral dos Professores, na Quinta-feira, dia 25 de setembro, no auditório da Faculdade de Educação, que contou com 24 professores que tomaram as seguintes deliberações:

Volta da APUBH-S. Sind. para o Campus: Ficou decidido reabrir a discussão acerca da volta da APUBH para o Campus da Pampulha, para posterior decisão a ser em Assembléia Geral, considerando o parecer favorável do relator (vide matéria ao lado). Enquanto isso, para subsidiar as discussões acerca do tema, estamos solicitando artigos acerca dos prós e/ou contras essa possibilidade.

Ação Previdenciária (redução dos 11% para 6%): A APUBH – S. Sind. não deverá entrar com o substituto processual com relação aos 11%. O Departamento Jurídico manterá os associados informados sobre o andamento das ações a nível nacional.

Delegado(a): A Assembléia delega à reunião do Conselho de Representantes e ampliada a indicação da(o) delegada(o) e dos(as) observadores. Critério: participarem da discussão do Caderno de Texto.

Campanha por salários e autonomia: A ANDES-SN tem um cronograma de reuniões com o MEC sobre salários e autonomia. A proposta é adiar a discussão da autonomia para depois das reformas administrativa e da previdência. Quanto à questão salarial, o GT Verbas apresentou duas alternativas de campanha: um piso salarial unificado ou reajuste diferenciados, isto é, entramos com reivindicação geral unificando com os Servidores Públicos Federais ou entramos com a reivindicação específica. Na nossa Assembléia Geral, foram discutidas duas propostas:

a) Agregar à reivindicação do piso salarial hoje existente, a proposta emergencial que teria os seguintes pontos:

1- Referencial de 20 horas para o piso salarial
2- Piso para professor de 1º e 2º graus, que não poderá ser menor que um salário mínimo
3- Alterar % de titulação e DE
4- Alterar *Step* e passagem de classe
5- Para Adjunto 4, valor igual ao teto para 20 horas
6- Titular extra-teto (pois ele não faz parte da seqüência da carreira).

b) Manter a reivindicação do piso salarial de R$ 695,82, incluindo a GAE; Reajuste salarial emergencial e toda a pauta das questões específicas.

Votação: Proposta A: 6votos(vencedora)
Proposta B: 3 votos
Abstenção: 4 votos

Ficou também decidido que a proposta vencedora seria encaminhado para a reunião do Setor e posteriormente para o CONAD.

APUBH ganha ação da URP

A Associação Profissional dos Docentes da UFMG – APUBH – S. Sind. ganhou a ação de nº 20/2345/92, referente à Unidade de Referência de Preços – URP de março e abril/88 e fevereiro de 1989, do grupo encabeçado por Maria Dolores Porto Acedo e outros. O ganho da causa beneficiou 41 associados, que já receberam seus cheques, com um montante total de, aproximadamente, R$ 450 mil, sendo que o menor valor recebido foi de R$ 4 mil e o maior, R$ 23 mil.

De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, a ação não obteve ganho de incorporação ao salário, dando ganho apenas aos atrasados. As outras ações ainda estão em tramitação.

Primavera na UFMG

Diante dos 1000 dias sem reajuste salarial - 26 de setembro (os professores da UFMG obtiveram o último reajuste salarial, de 22%, em janeiro de 95, que se referia à inflação até o Plano real, ou seja, até junho de 1995) a APUBH – S. Sind. promoveu a "Primavera na UFMG", durante o período de 22 a 26 de setembro, no auditório da Faculdade de Educação – Campus da Pampulha.

O evento teve como objetivo promover uma conscientização mais ampla acerca da atual política do governo e suas consequências para o "Ensino Público, Gratuito e de Qualidade", além de uma mobilização da comunidade universitária contra essas ações que estão colocando em risco um patrimônio, que além de ser do povo brasileiro, é fundamental para o desenvolvimento científico, humano e social do nosso País.

A mobilização compreendeu reuniões e telefonemas para as diversas unidades da UFMG e uma Assembléia Geral dos Professores, que aconteceu na Quinta-feira, dia 25. Além disso, ocorreram palestras e debates com Francisco de Oliveira, dia 22; Sebastião Jorge Jatobá Bezerra e Oswaldo Coggiola, dia 24; além de Sandra Starling, dia 26, todos no mesmo local.

A Semana da Primavera alcançou a meta de denunciar para a comunidade os 1000 dias sem reajuste, havendo inclusive o respaldo pela imprensa local, além de conseguir uma boa presença nos debates, em especial dos estudantes. Porém, não conseguiu trazer os professores. O resultado foi uma assembléia com a participação de apenas 24 docentes .

Para uma melhor compreensão da comunidade universitária, nesta edição publicamos a síntese da palestra de Sandra Starling e, nas próximas, as síntese das demais palestras proferidas.

A Reforma Administrativa: Reforma do Aparelho do Estado e Autonomia - Sandra Starling

A palestrante iniciou sua fala pela campanha eleitoral de FHC, recordando as eleições do ano que vem. Para ela, FHC foi perfeito na mensagem eleitoral e na sua capacidade de mobilização popular. Como "o ato de votar é praticado individualmente e para o qual você só é mobilizado pelas questões que lhe dizem respeito diretamente, ou seja, os cinco dedos: saúde, educação, agricultura, segurança, emprego, resume tudo que qualquer cidadão sonha, espera e persegue no seu cotidiano", analisa. Do ponto de vista da campanha, para Sandra Starling, FHC tocou nos problemas essenciais da sociedade e, ironicamente, ela lembrou do sexto dedo, "os banqueiros".

A palestrante recordou, ainda, que o outro problema enfrentado por FHC foi sua imagem inicial de professor e sociólogo intelectual, "que sempre falou muito bem para platéias selecionadas, mas que tinha dificuldades de se comunicar com o povo em geral. Com isso, ele investiu na criação de uma imagem com apelo popular, através de atitudes tais como: beber água de coco (sem canudinho), comer buchada de bode e falar que tem 'um pé na senzala'".

A nova imagem, aliada à rapidez de decisões, como a troca do ministro Ricúpero pelo ministro Ciro Gomes, no episódio das antenas parabólicas, fortaleceram a sua imagem de "o homem que decide".

Com isso, foi lançado o programa de seu governo: "Mãos a obra". Inicialmente só tinha a capa, depois é que foi dado o recheio. "Seu conteúdo é mentiroso e não sinaliza para a reforma do Estado da forma como está sendo proposta e nem para as questões da Previdência", denuncia Sandra Starling. Em relação a estas questões, a palestrante lembra trechos do documento, tais como: "...em nenhuma hipótese vou acabar com o funcionalismo público"; "... não há excesso de funcionários no setor público", recordando ainda que a proposta do governo não era o PDV, mas a "solução dos problemas de profissionalização no setor através de cursos de atualização e implantação do Plano de Carreira"; "...em nenhuma hipótese vou acabar com a estabilidade do funcionalismo público"; "... a consagração do concurso público como único meio de se evitar que a máquina estatal fique sujeita ao clientelismo político-eleitoral", dentre outros.

Segundo Sandra Starling, o programa do governo não mente somente em relação às universidades. "O ensino superior deve ser revisto", diz claramente o texto, e continua:"Tem que ser feita uma revolução administrativa para efetivar a autonomia, (ai vem outra mentira) para isso eu vou aumentar a receita das universidades para que elas se adeqüem a um padrão de produtividade, eficiência e competitividade".

O exemplo citado dos programas de governo, segundo Sandra Starling, serve para, "no âmbito das universidades, em relação à campanha do ano que vem, nós, os sindicatos, vamos ter que pedir e exigir os programas por escrito, para podermos cobrar depois".

Todo esse contexto serviu de base para a palestrante rebater o argumento dos governistas de que "o povo votou em FHC porque queria as reformas". "Não é verdade, porque nenhuma destas questões

estavam colocadas anteriormente de público", conclui.

Desenvolvendo seu raciocínio, Sandra Starling afirma que "FHC, ao sair vitorioso nas urnas e cujas as idéias já estavam afinadíssimas com o PFL, passou a implementar as reformas propostas por este partido, aproveitando a legitimidade que obteve nas urnas para implantar as reformas econômicas, quebrando monopólios e privatizando estatais, por exemplo, de um único golpe". Em relação às reformas previdenciárias e administrativas, Sandra Starling afirma que o presidente fez um "balão de ensaio", mostrando suas intenções e, em seguida, mandando "todo mundo ficar quieto", para aprovar as reformas econômicas.

A palestrante também salientou que a rapidez das reformas econômicas, a legitimidade vinda das eleições e o apoio incondicional da imprensa, gerou um fenômeno que os estudiosos de Gramsci chamam de "transformismo", ou seja, a cooptação das lideranças de esquerda para o projeto de reforma do Estado. "Então, uma série de grandes lideranças de trajetórias de esquerda, ou estão francamente a favor do projeto do governo, como é o caso do senador Roberto Freire e o deputado federal Sérgio Arouca – RJ, ou ficam confusos, como é o caso do deputado federal Fernando Gabeira – RJ, que vota com a esquerda, mas que nas telecomunicações induz seu apoio ao projeto de governo", analisa.

"O fato é que é chique ser reformista", declara, afirmando que "quem é contra é taxado de troglodita, jurássico, dinossauro. Falou que é reforma ou se é a favor, ou é antiquado".

Em seguida, para uma melhor compreensão de sua explanação, Sandra Starling destacou outro ponto importante do processo: o método das reformas de FHC. "Há muitos anos atrás eu fiz, junto com outras pessoas, incluindo a presidente da APUBH – S. Sind., Dirlene Marques, um estudo sobre o Movimento Sindical Brasileiro e, no período Vargas, o que observamos foi o método utilizado para implantar toda a legislação trabalhista, o código que foi cópia de Mussolini. Naquela época, detectamos o processo como "morde e sopra", ou seja, Getúlio dava uma coisa aqui e tomava outra. Assim ele foi fazendo até construir o arcabouço", recorda.

"Já no método de FHC, ele não morde nem sopra, ele ataca em vários pontos. Quando você está centrado em um ponto, por outro lado ele te engole. Daí porque várias questões que ainda estão em discussão na PEC da Autonomia, já foram resolvidas na PEC da Previdência, ou já foram implantadas através de Medidas Provisórias – MPs", compara.

Em seguida, ela cita um exemplo: "as MPs sobre a Reforma Administrativa tem muita coisa que se anuncia que vai vir com essa Reforma e que já foi feita. Por exemplo: O Conselho Nacional de Educação e o Provão – o vestibulão da saída – foram realizados por Medida Provisória. Então eles já foram implementando e de uma maneira impossível de se acompanhar. Você está vigiando um troço aqui e o governo dá um furo por lá. É uma coisa de maluco...", atesta.

Como outro exemplo, ela citou o caso da Previdência. "Vocês sabem que ele mandou um processo para cobrar dos inativos, que foi derrotado no Congresso Nacional. Aí, ele entrou com uma Medida Provisória, instituindo a cobrança dos inativos. Essa é uma discussão que ainda está sendo feita na Reforma da Previdência, mas que já está em vigor. Ele põe e retira PECs com uma facilidade incrível", desabafa.

Em relação à Autonomia, a palestrante confessa que leu o documento da ANDES-SN onde foi colocado que houve um recuo do governo no desdobrar das PECs 233 a 370. "Não houve recuo nenhum. (...) Como o movimento de vocês estava mais forte, ele fraciona para poder arrebentar", contesta, denuncia e continua: "Alguns professores aqui lembram-se da greve de 80, quem tem tantos anos entra, quem não tem ... Com isso, o governo desbaratou todo mundo e a greve era um movimento bonito, forte, e ...puff".

Voltando ao exemplo, "então o governo vem com a PEC da Educação, que contemplava o ensino básico, etc., etc., até o ensino universitário. Como ele sentiu que na universidade a coisa estava mais difícil, ele fracionou. Mas não é porque você (ANDES-SN) estavam muito fortes, mas para melhor combater a universidade e melhor combater o ensino técnico, por isso ele fracionou".

"Estamos falando somente das PECs e das MPs. Olha gente, o que existe de decretos e portarias é um negócio maluco. Nesse País, hoje, o Fernando Henrique legisla como quer. Nem durante a ditadura militar houve tanto poder e nenhum presidente foi tão competente e com tantos poderes de se impor", denuncia.

Ainda nesse bojo de ataque por vários *front's*, "há outro pulo do gato que ele utiliza. Vocês podem verificar que todo ataque dele sobre determinado tema começa com a proposta de desconstitucionalizar. Isso não é uma questão técnica, mas política, porque a maioria dos temas e artigos da Constituição são auto-aplicáveis, por isso ele quer desconstitucionalizar", esclarece.

O segundo passo, tudo que diz respeito a gastos, ou seja, saída de dinheiro do caixa da União, é aprovado sob a forma de Lei Complementar e tudo que é direito, benefício, ele propõe Lei Ordinária. "A diferença é brutal. Na Lei Complementar, o *quórum* para aprovação é maior, então é mais difícil mudar. Então você aprova um arrocho de despesas através de Lei Complementar e aprova os benefícios através de Lei Ordinária, que a qualquer hora você pode mudar. Ele é um sacana ao fazer isso, porque quem de nós, com exceção das pessoas que estão no Congresso, vai perceber que existe uma maracutaia nesta história de usar Lei Complementar e Lei Ordinária para desconstitucionalizar? Só se for uma pessoa especialistas em legislação", denuncia.

Enfim, qual é o objetivo de FHC, ou do governo do PFL, com todas essas questões, esses encaminhamentos e reformas?

"O objetivo maior é colocar o Brasil no lugar que as potências maiores definiram na divisão internacional do trabalho".

Qual é esse papel? "O de mero exportador de matérias-primas e produtos intermediários". Como podemos ver isso com mais clareza? "Através da Lei Kandir. Ela é a lei que mais comprova esse papel destinado ao País. Ao isentar o ICMS das matérias-primas exportadas e dos produtos intermediários, a Lei Kandir prejudicou muito alguns estados, como é o caso de Minas Gerais, cuja a maior parcela de arrecadação vinha justamente deste imposto".

Enfim, esse é o sentido geral da reforma administrativa do Estado proposta por FHC: "A adoção ou a criação de um Estado gerencial. O Estado tem que passar a ser uma máquina para gerenciar a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho. Para tanto, ele tem que ser, em primeiro lugar, enxuto, ou seja, tirar gente, diminuir os gastos".

"A saúde, educação e demais áreas sociais ficam para as campanhas eleitorais, e caem para o segundo plano no projeto do governo", atesta.

Na visão de Sandra Starling, o governo tem que passar a introduzir carreiras exclusivas ou específicas de Estado, e não é à-toa que recentemente, através de MP, algumas destas carreiras obtiveram aumentos que variaram até mesmo acima de 200%. Que carreiras são essas: advogados da União, assistentes de advocacia geral da União, fiscais, etc.

E o processo de privatização? Para se chegar a esse estado gerencial é necessário fazer esse processo de privatização, ou seja, retirar do Estado a intervenção na economia e uma série de serviços que ele tradicionalmente fazia. "Existem, portanto, dois tipos de privatização: no âmbito econômico, que o Estado está fazendo de um só golpe; e a paulatina privatização dos outros setores, incluindo a educação".

Segundo a palestrante, é por isso que está se criando as chamadas organizações sociais, através da passagem, da parceria da sociedade, ou seja, de profissionais de certa área que se organizam para assumir um determinado serviço. "Há, aparentemente, uma democratização do serviço, porém, em seguida, esses profissionais partem para serem empresários do lucro e, portanto, vão ter que cobrar como outra empresa qualquer, consequentemente você atinge a privatização sem, pura e simplesmente, ter que fechar os órgãos incumbidos da prestação daquele serviço", analisa.

"Isso também é genial! O Governo pega uma série de bandeiras nossas e, maquiavelicamente, as transformam no oposto do que pretendíamos. Porque o controle social de todos os setores sempre foi uma bandeira das esquerdas do Brasil. Ele diz que está fazendo o controle social, mas entrega para as próprias pessoas fazerem e depois vai-se induzindo e fazendo com que quem está à frente destas organizações sociais comecem a lutar pela privatização como recurso de vida. Aí, então, acontece o golpe de morte. Com isso, o governo divide as frentes de luta e quem divide, reina".

É esse o processo que está paulatinamente sendo induzido. É esse processo que está ocorrendo com a Previdência, a educação, a saúde, ou seja, todas as supostas áreas que ele precisa de enxugar para o Estado atender sua nova posição gerencial.

Na visão de Sandra Starling, o governo tem que passar a introduzir carreiras exclusivas ou específicas de Estado, e não é à-toa que recentemente, através de MP, algumas destas carreiras obtiveram aumentos que variaram até mesmo acima de 200%.

"Toda a lenga-lenga que mobilizou corações e mentes para dar apoio político às realizações das privatizações no âmbito da economia foi exatamente a possibilidade de, não tendo que investir na estrutura econômica, o Estado teria condições de investir em saúde e educação, previdência, assistência social, etc. São exatamente todas essas questões que estão relegadas a segundo plano. É um Estado que se quer mínimo, de fato, minimíssimo, para cumprir aquela função que falamos anteriormente".

Em seguida, a palestrante analisa alguns erros da esquerda brasileira diante desse novo contexto, em especial, o de fazer a defesa de um Estado privatizado, que sempre foi denunciado pelas esquerdas, e que as reformas propostas mantêm os privilégios para uma elite do funcionalismo público.

Para finalizar, Sandra afirma que: "a previdência que eles querem é a previdência dos privilégios, a reforma administrativa que eles querem, é a reforma dos privilégios, tem que ser assim. Já está aí a prática mostrando as categorias que recebem e que não recebem os reajustes. Os magistrados são recepcionados porque eles têm que ceifar os 'barnabés' do serviço público, e o conjunto dos trabalhadores dos escalões mais baixos são transferidos para o setor privado. Para esse, o Estado lava as mãos. Isto é que é competitividade da qual fala o governo: os de cima têm que ser amparados pelo Estado, o resto que se vire, se for competente, se não for, caia fora do mercado de trabalho e do plano do governo. Esse é o sentido geral proposto por FHC".

"Isso também é genial! O Governo pega uma série de bandeiras nossas e, maquiavelicamente, as transformam no oposto do que pretendíamos." (...) "Aí, então, acontece o golpe de morte. Com isso, o Governo divide as frentes de luta e quem quem divide, reina."

"Por fim, não soubemos distinguir o que de fato queremos em relação ao que está sendo implementado. E aqui está morando a razão pela qual está havendo tanto fascínio em cima da figura de Ciro Gomes nesta próximas eleições. Porque o Ciro Gomes assume a plataforma de FHC em parte e, em parte, ele oferece outras alternativas e nós não oferecemos alternativas. Desde que há a estabilidade da moeda, o governo liquidou a principal bandeira em torno da qual as esquerdas se aglutinavam, que é a luta contra a inflação, nós ficamos achatados no chão. Sabem quando se puxa o tapete e caímos estatelados no chão? Nós ainda estamos caídos diante da estabilidade da moeda, que nos pegou de surpresa e nos tirou toda a capacidade de vermos o que temos de fazer agora para a frente, e como eu também não sei o que fazer, eu paro por aqui".

Senado aprova a Reforma da Previdência

O substituto Beni Veras foi votado no Senado Federal, em 23 de novembro/97, tendo sido aprovado por 59 votos a favor, 18 contrários e nenhuma abstenção. As emendas a tal substitutivo foram votadas no dia 26 de novembro/97. Das 50 emendas apresentadas, restaram apenas 16, devido ao acordo de lideranças.

Conforme esclarece o diretor da APUBH – S. Sind., Luiz Humberto Pinheiro, enviado especialmente à Brasília pra acompanhar as eleições, "o bloco de oposição teve algumas emendas acatadas, porém muitas foram rejeitadas". Ao término da votação, chegou-se à redação final do documento para ser votada, no segundo turno, no Senado federal, quando não serão aceitas mais emendas. Se aprovada, a Reforma da Previdência será remetida para a Câmara dos Deputados.

Em relação aos professores, destacam-se os seguintes itens:

1 – Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exceto para aqueles que não tenham atingido tempo suficiente para o direito adquirido. Neste caso, a aposentadoria será calculada em 70% da totalidade da remuneração.

2 – A lei disporá sobre concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido.

3 – A paridade entre ativos e aposentados será mantida.

4 – Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca de contribuição na administração pública e na atividade privada.

5 – É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão a qualquer tempo, nas condições previstas na legislação vigente a data de publicação da emenda aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

6 – O servidor de que trata ao acima exposto, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária.

7 – Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores, bem como de seus dependentes que, na data da publicação da emenda, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.

8 – O professor, servidor da União, que até a data da publicação da emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma dessa PEC (tempo de cargo, tempo de contribuição) terá o tempo de serviço exercido até a publicação da PEC contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério. Aquele que permanecer terá a isenção de contribuição previdenciária.

GT – Seguridade Social
APUBH – S. Sind.

ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

QUESTÕES ATUAIS E PROBLEMAS DE TODOS

Informes

Nos processos de nº 96.0022955-4 e nº 96.0033729-2 em trâmite, respectivamente, nas 1ª e 2ª Varas Federais de Belo Horizonte, a APUBH – S. Sind. obteve sentenças favoráveis aos professores aposentados, isto é, a UFMG foi impedida de descontar a alíquota de 12% referente ao Plano de Seguridade Social dos Aposentados.

Entretanto, a UFMG, enquanto órgão público, tem a obrigação de recorrer nos processos que estão em 1ª instância, acarretando, no futuro, possível decisão contrária.

Assim, relembramos aos aposentados que os processos ainda estão em tramitação, sendo necessário aguardar a decisão dos Tribunais Superiores que poderão, inclusive, decidir contrariamente aos nossos interesses.

Dia do Professor: O que comemorar?

No setor público federal, o Poder Executivo – com a conivência do Legislativo – tem provocado, deliberadamente, a diminuição do número de vagas de docentes e de técnicos administrativos oferecidas, além de provocar demissões voluntárias e aposentadorias precoces acentuando as ameaças que pairam sobre nossas cabeças a cada momento do governo FHC. Não vivemos só as ameaças de perdas das nossas conquistas, mas a realidade mostra concretamente o arrocho salarial a que estamos submetidos.

Hoje, um professor com doutorado ingressa na universidade recebendo um salário inicial de aproximadamente R$2.287,81, bruto, trabalhando em regime de Dedicação Exclusiva . Vejamos bem: considerando 8 anos de ensino fundamental, 3 anos de ensino médio, 4 anos de universidade, 3 anos de mestrado e 4 anos de doutorado, totalizam mais ou menos 22 anos de preparação para trabalhar em uma instituição que é responsável diretamente pela maioria das pesquisas existentes no país.

Além de todas as questões prementes no setor educacional, hoje, o governo FHC busca impor um modelo de universidade no Brasil submisso aos ditames do Banco Mundial. Dia 15 de outubro comemoramos o dia do Professor, temos muito o que comemorar em relação a nossa profissão, mas em relação ao tratamento que nos é dispensado pelos nossos governantes, não há nada a comemorar.

Estão abertas as inscrições para as eleições na APUBH

A atual gestão da diretoria da APUBH – S. Sind. encerra seu mandato ainda no mês de novembro, quando ocorrerão as eleições para a próxima diretoria para o biênio 1998/1999. As chapas interessadas podem se inscrever até o dia 03 de novembro, na sede da entidade, à rua Artur Itabirano, 70, Bairro São José – Pampulha. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no Edital abaixo, ou através do tel.: 441-7211 ou pelo fax: 441-1303.

Edital de Abertura de Inscrição e Convocação para Eleição da Diretoria e Conselho de Representantes da Associação Profissional dos Docentes da UFMG- APUBH – Seção Sindical da ANDES – SN – Gestão 97/99

Nos termos do Artigo 33, parágrafo único e do artigo 34, parágrafos 1° e 2° do Estatuto da APUBH – UFMG e do Regimento da APUBH – Seção Sindical da ANDES-SN, ficam abertas até as 18 horas do dia **03 de novembro de 1997,** na sede da APUBH - Rua Artur Itabirano, 70/Bairro São José – Pampulha, as inscrições das chapas que concorrerão à eleição da diretoria, com mandato de dois anos.

Os interessados em concorrer deverão registrar a respectiva chapa para a Diretoria Executiva, conforme prevê o Artigo 23, parágrafo 2°, do Estatuto da APUBH – UFMG e do Regimento da APUBH – Seção Sindical da ANDES-SN.

A eleição será realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 1997, no horário de 9 às 18 horas, sendo instalada uma urna na Rua Artur Itabirano, 70/Bairro São José – Pampulha, havendo ainda urnas em todas as unidades da UFMG em Belo Horizonte e Montes Claros.

Belo Horizonte, 26 de setembro de 1997

IMPRESSO